

# Conhecimentos e práticas de agentes penitenciários sobre tuberculose e HIV\*

Pesquisa conduzida no interior do Rio Grande do Sul buscou compreender conhecimentos, atitudes e práticas relacionadas às doenças entre funcionários de instituições penais

Eloisa Luciana Bertl, Caroline Busatto, Thiago Nascimento do Prado, Fabiana Colombelli, Reinaldo Antonio Silva Sobrinho, Karine Zanatti Ely, Elisângela dos Santos, Pauline Schwarzbold e Lia Gonçalves Possuelo  
14 de abril de 2021

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Agentes penitenciários são profissionais fundamentais na manutenção e na promoção da saúde dos detentos, já que mantêm contato direto com essa população

A superlotação é considerada um dos mais importantes agravos de saúde nas instituições penais, pois culmina em condições precárias de higiene, falta de saneamento, habitabilidade extremamente desfavorável (celas pequenas, mal iluminadas e pouco ventiladas), aumentando consideravelmente a transmissão de doenças infectocontagiosas, como a tuberculose (TB). A coinfeção TB/HIV é um forte fator associado ao aumento dos índices de mortalidade e, de acordo com o Ministério da Saúde (MS), portadores de HIV apresentam de 21 a 34 vezes mais chances de desenvolver TB ativa do que a população geral. É comum o diagnóstico de HIV acontecer durante o percurso da TB (BRASIL, 2013).

A pesquisa *Knowledge, Attitude and Practice* (KAP) pode revelar aspectos importantes sobre conhecimentos, atitudes e práticas relacionadas à TB/HIV entre funcionários de instituições penais. Os agentes penitenciários (AP) mantêm contato diário com os detentos e são profissionais com maior risco de contágio. Os APs precisam ser devidamente capacitados e plenamente esclarecidos quanto aos riscos de contágio dessas doenças para que possam atuar de forma preventiva e na promoção da saúde nas instituições penais, colaborando na identificação precoce de sinais e sintomas

Diante do exposto, visamos identificar o perfil sociodemográfico e verificar quais os conhecimentos, as atitudes e as práticas de agentes penitenciários da 8ª Delegacia Penitenciária Regional (DPR) de Santa Cruz do Sul (RS), em relação à prevenção e ao controle da tuberculose e do HIV.

Foi realizado um estudo transversal nas 13 instituições penais vinculadas à 8ª DPR sediada no município de Santa Cruz do Sul, no qual está sediada a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), o que motivou a eleição da região para a condução desta pesquisa.

O cenário de investigação foi definido em junho de 2018, durante reunião com a direção da 8ª DPR para aprovação do projeto de pesquisa. Naquela ocasião, foi definido o recrutamento de funcionários que apresentassem interesse em atuar como facilitadores no andamento da pesquisa, proporcionando abrangência de todas as instituições penais vinculadas à 8ª DPR.

A pesquisa, portanto, foi direcionada à totalidade da população de agentes penitenciários (282) atuantes na 8ª DPR. Os participantes da pesquisa, de forma voluntária, receberam um questionário Knowledge, Attitude and Practice (KAP) impresso, adaptado, autoaplicável, com questões abertas e fechadas. A coleta dos dados ocorreu durante o período de 15 de agosto de 2018 a 17 de setembro de 2018.

Um total de 185 (65,6%) participantes foram incluídos, 73,2% eram homens ( $p=0,04$ ). A idade média foi de 37,9 anos, sendo a idade mínima de 24 anos e a máxima de 57 anos; 45,9% dos entrevistados atuam entre 3 e 5 anos como agentes penitenciários, e 25,1% dos agentes desempenham essa função há mais de 10 anos. Um total de 65,3% deles têm ensino superior completo ou em andamento; 45,9% tem entre 3 e 5 anos de atuação e realizaram curso de capacitação após a contratação, sendo que o tema tuberculose não esteve presente nos treinamentos da maioria dos participantes.

Mais da metade dos agentes penitenciários reconhecem a tuberculose como sendo uma enfermidade grave e reconhecem os sintomas corretos da doença. Há dúvidas sobre a forma de transmissão e como evitar o contágio por tuberculose, pois muitos acreditam que o contágio pode ser evitado lavando as mãos após tocar itens públicos e evitando o compartilhamento de talheres. Compreendem que a tuberculose é curável e as principais ações para o controle da doença; reconhecem sua vulnerabilidade para o contágio e buscariam tratamento em caso de adoecimento. Cabe destacar que 56,2% dos agentes não se consideram bem informados quanto à essa patologia e 86,9% gostariam de receber mais informações.

Referente ao HIV, a maioria dos agentes (80,2%) considera correta a afirmação de que o risco de transmissão pode ser reduzido se houver sexo apenas com parceiro fiel e não infectado. Consideram o uso de preservativo a melhor forma de prevenção durante a relação sexual e entendem que não existe cura para Aids. Desconhecem o fato do tratamento medicamentoso para o HIV reduzir a probabilidade de transmissão do vírus. Muitos relatam já terem sido testados para HIV, mas poucos realizaram o teste rápido. Alguns acreditam que não têm nenhum risco de contrair HIV e poucos consideraram seu risco de contágio alto.

A hipótese de que o conhecimento, as atitudes e as práticas dos agentes penitenciários da 8ª DPR de Santa Cruz do Sul – RS em relação ao HIV e suas formas de transmissão são suficientes para reconhecer os riscos de exposição foi confirmada. Apesar deles apresentarem um nível elevado de conhecimentos em relação às formas de transmissão do HIV, percebe-se que as práticas sexuais não são condizentes com os conhecimentos demonstrados. A pesquisa mostrou-se relevante, pois entende que os agentes penitenciários são profissionais fundamentais na manutenção e na promoção da saúde dos detentos, já que mantêm contato direto com essa população.

*\*Adaptação do artigo publicado na Revista Brasileira de Segurança Pública, edição 28*

#### **Eloisa Luciana Bertl**

Bacharelado em Farmácia, cursando Pós-Graduação em Farmácia Clínica e Hospitalar

#### **Caroline Busatto**

Mestre e Doutoranda em Ciências da Saúde

#### **Thiago Nascimento do Prado**

Enfermeiro, doutor em Doenças Infecciosas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Professor do departamento de Enfermagem da UFES

#### **Fabiana Colombelli**

Graduação em Fisioterapia, Mestrado em Ensino

#### **Reinaldo Antonio Silva Sobrinho**

Doutor em ciências, pela Universidade de São Paulo - USP. Professor Associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná

#### **Karine Zanatti Ely**

Enfermeira, Sanitarista, Mestre em Promoção da Saúde e Doutoranda em Promoção da Saúde

#### **Elisangela dos Santos**

Estagiária de Enfermagem na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Sul - RS

#### **Pauline Schwarzbold**

Psicóloga (UNISC/RS), Especialista em Atenção Básica pela Escola de Saúde Pública (ESP/RS) e pela Universidade de Brasília (UnB), Especialista em Gestão do Sistema Prisional pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); servidora pública da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS)

#### **Lia Gonçalves Possuelo**

Mestre e Doutora em Ciências Biológicas: Bioquímica pela UFRGS. Professora titular da Universidade de Santa Cruz do Sul e Editora chefe da Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/nfby4uu9qv>

